A PESCA ARTESANAL ENTRE OS BIJAGÓS: ESPAÇOS SAGRADOS, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Wilson Augusto Cardoso[1]
Lailson Ferreira da Silva[2]

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir a prática da pesca artesanal entre os Bijagós em Guiné-Bissau, mais especificamente as interfaces entre a cosmovisão dessa sociedade com as práticas de conservação ambiental diante das formas de uso e apropriação dos recursos naturais. Isso nos mostra como é possível a existência de relações mais equilibradas com a natureza para além da lógica da "racionalidade econômica" (Leff, 2006) imperativa no mundo contemporâneo que, por conseguinte, tem gerado desafios para as comunidades locais. Para tanto, tomo como referência a literatura produzida em diferentes áreas do conhecimento que se debruçaram sobre o tema da conservação ambiental e/ou pesca artesanal entre os Bijagós/Guiné-Bissau. Foram selecionados, 4 artigos científicos, 4 dissertações de mestrado, 2 monografias TCCs, 4 teses de doutorado. Esse material encontra-se disponível on-line. A busca foi realizada no Google Acadêmico com base nos seguintes descritores: pesca artesanal, Guiné-Bissau, Bijagós e consesssdrvação ambiental. Além disso, selecionamos notícias publicadas em plataformas digitais, incluindo a rede social Facebook e notícias de sites do jornal Nô Pintcha, Jornal O Democrata e Jornal Capital NEWS (CNEWS) e na página do Rádio TV Bantaba. Sendo assim, a literatura consultada, permitiu uma compreensão mais ampla de como a pesca artesanal se insere na maneira de vida dos Bijagós e como suas práticas se relacionam com a conservação ambiental no Arquipélago dos Bijagós em Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Bijagós; Pesca artesanal; Conservação ambiental.

ABSTRACT

This study aims to discuss the practice of artisanal fishing among the Bijagós in Guinea-Bissau, focusing on the interfaces between this society's worldview and environmental conservation practices in relation to the ways in which natural resources are used and appropriated. This demonstrates how it is possible to establish more balanced relationships with nature beyond the

[1] Discente do curso de Antropologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Email: cardosowilson871@gmail.com

[2] Orientador, Docente do Curso de Bacharelado em Antropologia Presencial da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Email: lailson.silva@unilab.edu.br

logic of “economic rationality” (Leff, 2006), which dominates contemporary society and poses challenges for local communities. To this end, the research draws upon literature from different fields of knowledge addressing environmental conservation and/or artisanal fishing among the Bijagós in Guinea-Bissau. The selected material includes four scientific articles, four master’s dissertations, two undergraduate monographs, and four doctoral theses, all available online. The search was conducted using Google Scholar with descriptors such as artisanal fishing, Guinea-Bissau, Bijagós, and environmental conservation. Additionally, news published on digital platforms, including Facebook, as well as articles from Nô Pintcha, O Democrata, Capital NEWS (CNEWS), and Radio TV Bantaba were consulted. This body of literature provided a broader understanding of how artisanal fishing is embedded in the Bijagós way of life and how their practices are intertwined with environmental conservation in the Bijagós Archipelago, Guinea-Bissau.

Keywords: Guinea-Bissau; Bijagós; Artisanal fishing; Environmental conservation.

INTRODUÇÃO

Segundo Itelvina José Fernandes (2021), Bijagós é a denominação dada a um dos povos que se encontram na região da costa ocidental do continente africano, especificamente na zona sul da Guiné Bissau[3], num conjunto de ilhas conhecido como *Tchon di Budjugu*, Arquipélago dos Bijagós. A língua de comunicação é a própria Budjugu, *odjokó*, assim chamada no idioma local e que também significa, em outro contexto, “ser humano”, sendo a segunda língua mais falada nesta região, do primeiro que é língua guineense ”*Kriol”*, falada em quase todo o país.

De acordo com o Boletim Estatístico da Guiné-Bissau (2017), a região de Bolama Bijagós, ou melhor, o Arquipélago dos Bijagós, possui superfície total de 2.624km2, com a população aproximadamente a 30.000 habitantes, espalhados por cerca de vinte das maiores ilhas do arquipélago. Esta região é composta por quatro setores, que são: setor de Bubaque, Úno, Caraz-Caravela e setor de Bolama, em cada sector encontra-se um administrador de sector e há um governador para toda a região. Atualmente, essa região responde por uma entre oito regiões da Guiné-Bissau, fora o setor autônomo de Bissau. E conforme, Felisberto Júnior Pedro Bacurim

[3] Guiné-Bissau é um país que fica situado na costa Ocidental da África, ao norte faz fronteira com o Senegal e ao sul com a República de Guiné-Conakry, com dimensão territorial de 36.125 km2. Administrativamente a Guiné-Bissau está dividida em oito regiões, (Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali) e o setor autônomo (Bissau). O país conta com diversos grupos étnicos e mais de 20 línguas étnicas, entre os quais: Fula, Pepel, Budjugu, Mandjaco, Mandinga, Mansonca, Balanta, Felupe, Mancanhi, Nalu, Susu, Biafada, Saracule, entre outros. Além do português, como a língua oficial do país e o crioulo guineense, como língua da unidade nacional (Ine, 2009).

(2018), o arquipélago dos Bijagós fica localizado na zona sul do País, na região de Bolama/Bijagós, o arquipélago contém 88 ilhas e ilhotes, das quais apenas 21 são habitadas, esta zona constitui um espaço natural e cultural particular ainda bem preservado, não obstante a crescente pressão externa e as novas lógicas de desenvolvimento socioeconómico.

Figura 1: Mapa da Região Bolama/Bijagós



Fonte: Google Maps

Nos últimos anos, os esforços conjuntos das autoridades e das comunidades tradicionais neste caso os bijagós, têm contribuído para a gestão e cogestão sustentável da biodiversidade guineense, constituindo, assim, redes de zonas protegidas por uma legislação e com a participação da administração das comunidades locais definindo certos espaços como sagrados. A iniciativa mais significativa nesse sentido foi a criação da Reserva Biosfera Bolama-Bijagós pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) em 1996, como também o reconhecimento do Arquipélago dos Bijagós como Patrimônio Mundial Natural em 2025 pela mesma Unesco.

Isso aconteceu devido à administração política tradicional dos seus habitantes, bijagós, que articulam uma série de regras ligadas às suas tradições orais, religiosas e culturais para a preservação e conservação da biodiversidade. O arquipélago dos Bijagós passou, assim, a ter um

reconhecimento a nível internacional por causa da sua riqueza natural e cultural, integrando a rede das áreas dos patrimónios naturais internacionais, contribuindo, no quadro das políticas ambientais internacionais, para a preservação da biodiversidade mundial. Essa ação trouxe impactos positivos e também alguns desafios para a comunidade local. Positivamente, essa política surgiu com objetivo de proteger ainda mais os ecossistemas existentes na região, e por outro lado, essas conquistas implantaram novas regras que criaram muitas limitações do acesso aos recursos naturais pelas comunidades locais, principalmente com restrição de alguns materiais da prática da pesca, em especial pela eliminação das redes "tchás[4]", sem garantir nenhum apoio e nenhum acompanhamento a essas pessoas. Vale destacar que o governo criou esta lei a partir dos gabinetes, desconhecendo totalmente a realidade do povo.

Conforme Lassana Sanó (2016), "além do aspecto ambiental, a política de áreas protegidas deve englobar em suas considerações e formulações o aspecto sociocultural inerente à realidade social onde inserem-se as áreas protegidas" (Sanó, 2016, p.14).

Nesse sentido a UNESCO em colaboração com governo guineense através do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)[5], passou a reforçar o controle e tomar certas medidas com pouca participação da comunidade local sobre as áreas protegidas no Arquipélago, como, Parque Natural das Ilhas de Orango, o Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão e a Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Urok, na qual esses três parques naturais se concentra esta candidatura que foi aprovada pela UNESCO.

Nas ilhas, especialmente em Bubaque, onde eu nasci, cresci e vivi durante toda a minha juventude, observando e participando da prática de pesca, no qual meu pai e meu avô são pescadores, o que me permitiu aprender, desde cedo, não apenas as técnicas de pesca, mas também os valores, os conhecimentos tradicionais e o respeito pelos ciclos da natureza que orientam essa atividade. Realço que a pesca no Arquipélago dos Bijagós é uma das principais atividades que sustentam a vida das comunidades locais. O peixe e os mariscos são a principal fonte de

[4] Redes "tchás" é um estilo de rede de arrasto que muitas das vezes faz captura acidental de espécies não desejadas, mas que a maioria da população local tinha condições econômicas para comprar e continuar praticando suas atividades pesqueiras.

[5] O (IBAP) Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, é uma instituição nacional com mandato para gerir a biodiversidade e as Áreas Protegidas (AP) da Guiné-Bissau. Criado em 2004. E foram definidos três principais objetivos: Promover a salvaguarda dos ecossistemas e da biodiversidade; Apoiar a criação e a gestão das Áreas Protegidas; Favorecer a utilização racional e equitativa dos recursos naturais.

alimentação e também ajudam na economia local. Muitas famílias dependem da pesca para viver, seja para consumo próprio ou para vender nos mercados para assim ter um dinheiro que possam comprar outros produtos de primeira necessidade como arroz e outros, garantindo assim o sustento diário.

Para esse estudo foram selecionados 4 artigos científicos, 4 dissertações de mestrado, 2 monografias, 4 teses de doutorado. Esse material encontra-se disponível on-line. A busca foi realizada no Google Acadêmico com base nos seguintes descritores: pesca artesanal, Guiné-Bissau, Bijagós e conservação ambiental. Essa literatura foi produzida em sua grande maioria no Brasil no total de (12) obras, em Portugal uma (1) e em Guiné-Bissau também uma (1), em diversas áreas do conhecimento, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 1: Bibliografia consultada

FORMATO ACADÊMICO	TÍTULO	ÁREA DO CONHECIMENTO	ANO DE PUBLICAÇÃO	PAÍS DE PUBLICAÇÃO
Tese de doutorado	**Os bijagós da Guiné-Bissau**: ancestralidade, cultura marítima e resistência histórico-cultural.	Antropologia e História	2020	Brasil
Tese de Doutorado	**Análise de perfil técnico e socioeficiência dos pescadores artesanais do setor autônomo de Bissau, Guiné-Bissau, África.**	Economia / Desenvolvimento Rural / Pesca Artesanal	2023	Brasil
Tese de Doutorado	**Entendendo a pesca de pequena escala:** uma abordagem ecológica, social e econômica.	Ecologia, Gestão Pesqueira.	2017	Brasil

Tese de Doutorado	**Pesca artesanal na bacia do rio Buba, Guiné-Bissau/África:** uma abordagem multidimensional.	Gestão de Recursos Naturais / Ciências Ambientais	2018	Brasil
Dissertação de Mestrado	**Saberes e práticas tradicionais da etnia bijagós e suas relações com a organização, a gestão e a conservação da biodiversidade na guiné-bissau**	Administração pública, Antropologia	2010	Brasil
Dissertação de Mestrado	**Pesca Sustentável:** Análise da Sustentabilidade da Política de Pescas na Guiné-Bissau.	Gestão Ambiental / Políticas Públicas / Economia do Mar	2021	Portugal
Dissertação de Mestrado	**A pesca artesanal e suas contribuições para o desenvolvimento local**: uma análise comparativa dos distritos de Icoaraci-Belém (PA)-Brasil e Vilankulo-Inhambane-Moçambique.	Gestão de Recursos Naturais / Desenvolvimento Local	2016	Brasil
Dissertação de mestrado	**A pesca artesanal em baiacu-Vera Cruz (BA):** identidades, contradições e produção do espaço.	Geografia, Ciências Humanas	2015	Brasil
Monografia Graduação	**Análise do setor da pesca artesanal em Guiné Bissau:** impactos e perspectivas	Economia/ Desenvolvimento Regional / Pesca Artesanal /	2017	Brasil

TCC Graduação	A percepção dos jovens bijagós contemporâneos sobre os ritos de iniciação (Marach e difunto) na cultura tradicional bijagó	Antropologia / Estudos Culturais	2018	Brasil
Artigo científico	**Administração Política e Saber Bijagós**: uma perspectiva analítica de conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau.	Administração pública, Antropologia	2013	Brasil
Artigo científico	**Pesca artesanal e gestão de recursos marinhos no Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu**	Antropologia, Ciências Ambientais	2021	Guiné-Bissau
Artigo científico	**A pesca artesanal no estuário do rio Curu, Ceará-Brasil:** saber local e implicações para o manejo.	Ciências Ambientais	2014	Brasil
Artigo científico	Importância do conhecimento ecológico tradicional na gestão da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil.	Antropologia Ambiental, Ecologia Humana	2006	Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026

Além disso, selecionamos notícias publicadas em plataformas digitais, incluindo rede social Facebook e notícias publicadas em sites do jornal Nô Pintcha, jornal O Democrata, Jornal Capital NEWS (CNEWS) e na página do Rádio TV Bantaba que abordam o tema da pesca artesanal na comunidade dos Bijagós em Guiné-Bissau.

A literatura consultada, portanto, mostrou que a pesca artesanal é uma atividade de grande importância para a sobrevivência das comunidades dos Bijagós, como também demonstram formas

próprias dos Bijagós de se relacionarem com a natureza, contribuindo para a conservação dos recursos ambientais. Os estudos também revelam desafios enfrentados pelas comunidades locais, e as mudanças que afetam a atividade pesqueira nesta região, como conseguimos constatar nas notícias disponíveis on-line.

Com base no que foi exposto, interessa-me buscar a resposta para a questão da pesquisa: De que maneira a cosmovisão dos Bijagós orienta práticas culturais que contribuem para a preservação ambiental no Arquipélago dos Bijagós?

Cosmovisão Bijagó e regulação ecológica tradicional

Historicamente a etnia Bijagó produz e reproduz suas práticas costumeiras de administração tradicional que se refletem no seu modo e estilo de vida coletiva. Essa administração funciona por meio de um conjunto de regras costumeiras transmitidas oralmente de gerações dentro da comunidade. Hampaté Bá (2010), ao falar da *Tradição Viva,* nos apresenta que, nas comunidades tradicionais africanas a forma principal de transmissão do conhecimento é através da oralidade. E essas regras estabelecem um conjunto de normas de acesso aos recursos naturais e obrigações relacionadas aos rituais.

Augusto Cardoso (2010), ao analisar a relação entre saberes e práticas tradicionais da etnia bijagós e suas relações com a organização, a gestão e a conservação da biodiversidade na guiné-bissau, nos mostra que, "O modo de vida dos Bijagós, os costumes tradicionais e o caráter sagrado de alguns locais ou ilhas explicam o estado de conservação excepcional do meio ambiente e da biodiversidade existentes ainda hoje no arquipélago". (Cardoso, 2010, p. 141)

A cosmovisão bijagó está fortemente ligado aos valores culturais e naturais, graças à noção do sagrado[6], uma prática cultural ainda fortemente presente no seio das sociedades dos bijagós. Na qual os Bijagós determinam certos locais como sagrado, para reduzir a presença humana naquele espaço. A noção dos espaços sagrados está diretamente ligada às entidades sagradas, como os irãs, *orebok é denominação da língua local (Budjugu).*

Quando se traduz *orebok* para crioulo surgem três significados que fazem parte do universo cognitivo e simbólico-religioso dos Bijagós. Para o caso de Bubaque, esses três sentidos. Em

[6] O sagrado para os bijagós, se manifesta em lugares considerados importantes espiritualmente, onde as pessoas realizam cerimônias ou mantêm relações com ancestrais e forças da natureza.

primeiro lugar, *orebok* quer dizer “alma”, um princípio espiritual que cresce, que se pode melhorar e que cresce ao longo da vida de um indivíduo. Num segundo sentido, designa os mortos (e, especialmente, uma categoria de mortos que se relacionam e incorporam nas mulheres-defunto), que, em crioulo, se chamam *defuntus*; e, em terceiro lugar, refere-se aos objetos e poderes que são objeto de culto, o que, em crioulo, se designa por *irã.*

E esse espírito orebok, tem poder para lançar má sorte sobre alguém, punir (no caso fizer algum mal), e até matar. E ele é apresentado por uma figura de uma estátua de madeira elaborada. E para consagrá-lo é preciso matar um animal na própria estátua e colocando o sangue no seu abdome e não no rosto, e depois as mulheres cozinham a comida com o animal sacrificado para todos comerem. Segundo (Saraiva, 2015), não é qualquer um que pode possuir Irã, mas somente aqueles que já passaram por rituais de iniciação de manrass, neste caso o ritual de fanado. E, essa pessoa sempre está protegida pelo espírito.

Além desse espírito guardião das tabancas (aldeia), há outros espíritos que estão fora das aldeias, inclusive no mar, nas quais merecem adoração respeito dos humanos. Pois os bijagós como um povo animista, acreditam que têm certas árvores plantas que não devem ser cortadas, porque possuem espíritos, e à peixes, mariscos que não se deve apanhar só nos dias dos ritos, os Bijagós precisam desses recursos naturais para realização das cerimônias que os conectam com os seus espíritos antepassados, sendo que eles acreditam que se não fizeram essas cerimônias que caracterizam religião local, a sociedade estará amaldiçoada pelos seus ancestrais, por isso, há lugares considerados sagrados onde não se deve derramar sangue humano, esses lugares são reservados só para cerimônias de ritos de passagem e algumas cerimónias mais importantes.

Clara Saraiva (2015), ao falar dos Sítios sagrados no Arquipélago dos Bijagós, nos apresenta que os povos Bijagós tradicionalmente, seguem uma religião animista, em que se acredita que os espaços públicos e naturais são habitados por entidades sobrenaturais, que dirigem os desígnios humanos e a vida em geral. E do mesmo modo, muitos locais naturais como ilhas, praias, mato, florestas, árvores, rios, mar, são pensados como espaços onde habitam esses seres, onde esses locais são apropriados para um vasto número de ações rituais e, como tal, são considerados espaços sagrados. “Todos os sítios considerados sagrados são espaços cruciais para a vida social e para a sobrevivência da própria cultura, recursos e ecossistemas”. (Saraiva, 2015, p.10)

Conforme (Cardoso, 2013, p.89) “A relação entre o homem Bijagó e o seu meio ambiente, entre os vivos e os mortos, manifesta-se pela existência de lugares sagrados (florestas, mares,

lagoas e ilhas), que mostram uma interdependência com que a natureza e a cultura se alimentam mutuamente".

Aspectos gerais sobre a pesca entre os Bijagós

Inicialmente, destacam-se os principais conceitos teóricos que definem a pesca artesanal, a forma como ela é dividida e os modos como ela é desenvolvida por diversos perfis de pescadores. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (2020), a cadeia produtiva da pesca agrega mais de 50 milhões de pessoas no mundo, sendo que parte significativa desse setor concentra-se na pesca artesanal, o que significa mais de 90% dos pescadores, ou seja, mais de 20 milhões de pescadores e mais de 25 milhões de pessoas atuantes no sistema de comercialização e processamento.

A pesca artesanal, como entre os Bijagós, é uma das modalidades da atividade pesqueira mais antiga da sociedade. É definida como modo de produção que utiliza variedades de técnicas e ferramentas que são praticadas, na sua maioria, pelos homens, entre 20 a 50 anos de idade. Caracteriza-se por usar mão de obra familiar, amigos e vizinhos, sem a formalidade da contraprestação pecuniária e, em geral, usando pequenas embarcações, quase sempre, não motorizadas, cuja exploração fica restrita a 120 milhas náuticas começando da linha de base, principalmente, nos rios, tendo como principais espécies-alvos peixes e caranguejos.

Conforme Guiné-Bissau (2011), por meio de decreto-lei nº 06-A/2000, de 22 de agosto e decreto-lei nº24/2011 de 7 de junho, às últimas revisões das leis das pescas dividem o setor pesqueiro em duas categorias: pesca artesanal e pesca industrial (Embaló, 2021; Camala, 2021). A pesca artesanal é uma modalidade da pesca praticada em águas interiores continentais dentro do mar territorial, pelas embarcações com comprimento em torno de dezoito metros ou mais de popa a proa, movidas por remos, velas ou motores de potência inferior ou igual a sessenta cavalos (60 CV).

Na Guiné-Bissau, essa atividade está tradicionalmente associada, na sua maior parte, às comunidades costeiras rurais, por conta da baixa especialização requerida, sendo dividida em dois tipos, pesca artesanal de subsistência (pequena escala) e comercial (de larga escala). Jerônimo Marcelino Dias (2015), ao investigar o perfil técnico dos pescadores artesanais do setor autônomo de Bissau, nos apresenta que, "Na Guiné-Bissau, a pesca artesanal de subsistência é a modalidade da pesca praticada por uma parcela significativa de residentes da área rural [...] A maioria dos

pescadores artesanais de subsistência encontram-se nas ilhas de Bijagós, Região de Biombo, Buba, Cacheu" (Dias, 2025, p. 22).

De acordo com Geny Gil Sá (2017), entre os anos de 2003 e 2010, a produção pesqueira artesanal da Guiné-Bissau atingiu aproximadamente 30 mil toneladas anuais. Nesse período, a pesca artesanal de subsistência destacou-se como a principal modalidade pesqueira do país, sendo responsável pela maior parte da produção nacional de pescado, enquanto a pesca artesanal comercial contribuiu com uma parcela significativamente menor. Dessa forma, a pesca de subsistência consolidou-se como importante fonte de abastecimento do mercado doméstico guineense.

Joel Bacari Fernandes Cassamá (2018), ao fazer uma análise do setor de pesca artesanal na Guiné-Bissau com o foco na preocupação da economia guineense, nos apresenta que, a pesca artesanal é uma das atividades mais importantes do país, porque dá sustento a muitas famílias e garante alimento no dia a dia dessas populações, como ele afirma, "a pesca artesanal emprega uma proporção considerável da população guineense" (Cassamá, 2018). Isso quer dizer que muitas famílias guineenses dependem diretamente dessa prática para sobreviver. A pesca artesanal é feita pelas próprias comunidades, com canoas, redes simples e conhecimentos tradicionais. Por isso, o dinheiro e o peixe ficam mais dentro da comunidade, ajudando na vida dessas famílias.

Outros autores explicam que a pesca artesanal na Guiné-Bissau não pode ser vista só como uma atividade econômica. Geny Gil Sá (2018), ao fazer uma análise por meio de uma abordagem multidimensional, a sustentabilidade das pescarias artesanais na bacia do rio Buba, Guiné-Bissau, por exemplo, nos mostra que a pesca artesanal possui grande importância econômica e alimentar para as comunidades locais, e envolve também a vida social, a cultura e o ambiente. Na prática, isso significa que pescar não é apenas sair de casa para o mar e voltar com peixe. Mas é influenciada por fatores de ordem sociocultural, econômica, ecológica e institucional.

Rafael Antunes do Canto (2020), por sua vez, no seu estudo sobre a cultura marítima dos Bijagós na Guiné-Bissau, mostra que o povo Bijagó tem uma ligação muito profunda com o mar. Acrescentando que essa cultura não é fixa.

> A cultura marítima é uma cultura extremamente viva pois as condições que pressupõe seu desenvolvimento são extremamente variáveis. O vento, o mar, as marés, a salinidade, a umidade e o próprio grupo em si. A cada ano que passava, a cada estação que estava para chegar era necessário rever seus conceitos. Muitas vezes aquele peixe que chegava para a desova em março, esse ano veio em maio, muitas vezes devia ser necessário construir uma canoa nova, mas a árvore marcada para a construção ainda não estava no período certo

> para a derrubada. Pensar que cultura tradicional é uma cultura rígida e fixa é um pensamento muito restrito, mas que infelizmente compõe o imaginário do senso comum, muitas vezes. (Canto, 2020, p. 144)

Por isso, na comunidade dos Bijagós há crenças, rituais e regras tradicionais que orientam a pesca. Em alguns casos, há lugares que não podem ser explorados em certos momentos, ou em que a pesca é evitada para respeitar os ciclos naturais e espirituais, no caso da época da chuva entre os meses de maio a setembro. Isso mostra que a pesca nessa região, está ligada a uma forma própria de ver o mundo, onde a natureza faz parte da cultura desse povo.

Cardoso (2013), ao fazer uma análise sobre a relação de saberes tradicionais dos bijagós e conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau, reconhece que as práticas culturais desse povo, em especial a pesca artesanal dos Bijagós, tendem a respeitar mais a natureza. Isso acontece porque elas dependem diretamente dos recursos naturais existentes na região e, por isso, as pessoas têm interesse em cuidar deles. Ao contrário de ter o pensamento de crescimento económico, na qual a pesca industrial, que usa grandes redes e podem capturar grandes quantidades de peixe de uma só vez, para este povo a pesca artesanal é mais controlada e usa técnicas menos agressivas. Isso ajuda a manter o equilíbrio do ambiente marinho e garante que os peixes não desapareçam rapidamente e continuem existindo por gerações.

Realçando também que, é importante não ter uma visão romântica de que os Bijagós não causam impactos ao meio ambiente. Como citada acima, é um povo que depende da maior parte dos recursos naturais para sua sobrevivência. Como Javier Taks e Guillermo Foladori (2004), nos explicam em *"Um olhar antropológico sobre a questão ambiental"* de que todas as sociedades utilizam recursos naturais aos seus favores, isto é, para viver, trabalhar e garantir a sua sobrevivência. Embora os Bijagós possuam suas formas de manejo ambiental através dos seus conhecimentos tradicionais que contribuam para conservação dos ecossistemas, algumas das suas atividades também geram impactos sobre a natureza, especialmente a prática da pesca na qual o trabalho foca, a extração de madeiras para construir canoa, bem também como o uso de áreas para agricultura, isto é prática de pam-pam[7], que na comunidade dos Bijagós 15 a 20 anos são períodos de reutilização de uma área para praticar pam-pam, isto é, se um grupo de família derrubar florestas para praticar essa atividade em 2026, a utilização desse mesmo espaço para mesma atividade só pode ser num período a partir de 2041. Dessa maneira podemos compreender que os impactos

[7] Pam-pam é a prática de cultivo de arroz em terrenos sem água.

gerados tendem a ocorrer em uma escala mais compatível com a capacidade de regeneração dos ecossistemas.

No caso dos Bijagós, a pesca artesanal costuma causar menos impactos do que a pesca industrial, pois ela é realizada em pequena escala baseada em conhecimentos tradicionais, mas mesmo assim ela continua sendo uma maneira de uso dos recursos naturais. Assim a pesca artesanal entre os bijagós ajuda na conservação da natureza, mas também está ligada às necessidades de sobrevivência das próprias comunidades. E conforme (Pauly, 1998 apud Bevilacqua, 2017, p.2), a pesca de pequena escala, apesar de realizada em menor proporção quando comparada à pesca industrial, ainda pode gerar grandes impactos ecológicos na medida que foca esforços. Na qual muitas pessoas concentram-se em fazer a pesca em um único lugar, todos os dias, aumentando assim a pressão sobre esses recursos.

Como podemos perceber, a pesca na Guiné-Bissau, sobretudo nas zonas costeiras e no arquipélago dos Bijagós, já foi estudada por vários autores, e quase todos chegam a uma ideia comum, a pesca não é só trabalho para ganhar dinheiro, é também uma forma de viver e de se relacionar com a natureza.

Desafios contemporâneos

Na atualidade, os Bijagós lutam para manterem suas práticas tradicionais articuladas com a conservação da natureza, mais especificamente, as ligadas à pesca artesanal, pois convivem diariamente com a pressão exercida pela lógica da racionalidade econômica. Segundo Leff (2009) essa racionalidade é inerente ao modelo capitalista baseado na busca contínua do crescimento econômico. Nesse caso, a natureza passa a ser visto como um palco de mercadorias que vai favorecer a sua exploração para atender as necessidades das pessoas, na qual essa realidade representa um grande desafio para a comunidade dos Bijagós, que ao longo do tempo mantêm sempre uma relação de respeito e interdependência dos recursos naturais para garantir sua sobrevivência.

Em contraponto à racionalidade econômica, (Leff, 2009) nos propõe a necessidade de valorizar o saber ambiental, que vai reunir tanto o conhecimento científico como os saberes tradicionais das comunidades locais para o bem-estar da sustentabilidade dessa relação. O saber ambiental é uma proposta de epistemologia política que busca dar sustentabilidade à vida; constitui-se como um saber que vincula os potenciais ecológicos e a produtividade neguentrópica do planeta

com a criatividade cultural dos povos que o habitam.

A pesca artesanal tem enfrentado diversos desafios que dificultam o seu desenvolvimento e comprometem a sustentabilidade da sua atividade conforme (Cassamá, 2017, p.45), "a pesca era inicialmente uma atividade de pequena escala, aumentou rapidamente com a chegada da Revolução Industrial". O que permite uma exploração dos peixes em grande quantidade, neste caso a prática da pesca industrial. Na qual na Guiné-Bissau os barcos estrangeiros pagam licenças de pesca com base em negociações estabelecidas entre o governo local e o país em causa. "Os Estados Unidos e a China e, cada vez mais, a Coreia, são a origem das principais embarcações de pesca com licença no país". (Edmundson, 2014, p.21)

A falta de recursos e capacidade para monitorizar a pesca industrial nas suas águas, resultam em várias consequências potencialmente adversas. Por exemplo, muitas embarcações operam com licenças para pesca do camarão, mas apanham outros peixes A justificativa dada é que quaisquer peixes apanhados, constituem pesca meramente ocasional, não sendo o principal alvo. Há também preocupação quanto à possibilidade de ocorrer pesca ilegal de outos espécies, disfarçada sob licenças de camarão, escapando às eventuais regulamentações instituídas pela Guiné-Bissau. Não há o monitoramento da quantidade de peixe que está a ser retirado das suas águas. Geralmente, os barcos estrangeiros descarregam as capturas em vários portos do mundo ou em grandes fábricas, que muitas vezes dificultam o controle pelas autoridades locais. Por isso, com essas condições, a prática da pesca industrial cria vários problemas para a pesca artesanal.

Em junho de 2026 houve a denúnica sobre a pesca ilegal,[8] no arquipélago, o que preocupa muitos habitantes das ilhas bijagós. A publicação foi feita por Bacar Baldé no Jornal Nô Pintcha, através de uma reportagem realizada no quadro da deslocação, em finais de maio de 2026, de uma comitiva da ministra das Pescas e Economia Marítima às ilhas bijagós. A notícia nos apresenta como a situações de carácter ambiental preocupantes crescem nas ilhas bijagós. Tratam-se da invasão de pescadores estrangeiros[9] aos recursos haliêuticos existentes na região. Esses pescadores de várias nacionalidades, equipados com canoas a motor de grande porte, que se instalam em

[8] https://jornalnopintcha.gw/2026/06/05/bancas-de-areia-e-pesca-ilegal-preocupam-habitantes-das-ilhas-bijagos/

[9] Pescadores estrangeiros, são pescadores de outras nacionalidades como, de Guiné-Conacri, Serra-Leoa, Gana e Senegal.

acampamentos ilegais, pescam sem levar em consideração as regras locais de pesca, e depois vendem os pescados em seus países de origem.

Em Caravela, uma ilha situada mais a noroeste de Bubaque, encontram-se cerca de duas mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças, oriundos da Guiné-Conacri, Serra-Leoa, Gana e do Senegal, livres de pesca. Eles construíram barracas por onde vivem, fornos a base da lama para a fumagem, cestos enormes para embalagem do pescado, carretas de rodas para o transporte das embalagens, e arrumam enorme quantidade de lenha e troncos para a fumagem de variedades de peixe, principalmente djafal, bagre e outros espécies.

Bacar Baldé (2026), realça que, eles desenvolvem atividades descritas como fatores de grande impacto ambiental, constituindo assim uma ameaça ao valor patrimonial natural deste local. "No início, esses acampamentos eram tidos como temporários, depois foram ficando durante todo o ano. Os ocupantes pescam com redes de monofilamento (*rede tchás*) em zonas de reprodução com impacto negativo sobre as reservas e cadeia trófica" (Baldé, 2026)

Conforme Vasconcelos; Andrade; Cândido (2009), o desinteresse pela pesca artesanal leva à escassez de investimentos em pesquisa e prejudica o monitoramento da atividade como um todo. Pensando nessa questão, no arquipélago dos Bijagós, a ausência da fábrica de gelo dificulta a atividade pesqueira, tanto para os pescadores, como para as mulheres Bideiras de peixe.

Na publicação de Rádio TV Bantaba[10], através do Emerson Gomes, nos apresenta como a falta de uma fábrica de gelo funcional no setor de Bubaque, na Região de Bolama-Bijagós, continua a representar um grande desafio para as mulheres que se dedicam à venda de peixe, atividade que constitui uma das principais fontes de rendimento para muitas famílias locais. Sem meios adequados de conservação, as vendedoras enfrentam diariamente o risco de perder parte significativa do pescado. Para evitar prejuízos totais, muitas são obrigadas a reduzir drasticamente os preços no final do dia, diminuindo consideravelmente as suas margens de lucro.

A situação agrava-se devido à necessidade de transportar gelo a partir de Bissau, através de barcos e canoas que fazem a ligação entre a capital e as ilhas. O processo encarece o produto por causa dos custos de transporte e também devido às perdas provocadas pelo derretimento durante a viagem. Além disso, a dependência das embarcações cria um cenário de incerteza para os

[10]https://www.facebook.com/radiobantaba/posts/pfbid01nQyzoq2RSHm31FNUW9hdZsAWLgd4Z4EbXHLLMtPtbrGuQZFqMbCwS7JpvTypcHl Acesso em: 14 de junho de 2026.

comerciantes. Sempre que as condições do mar impedem a viagem ou provocam atrasos, as vendedoras ficam sem qualquer forma de conservar o peixe.

Em Bubaque, as mulheres desempenham um papel central na economia local. Quando a venda do peixe é afetada, a renda familiar diminui, o que tem impacto direto na alimentação das famílias e no pagamento de despesas essenciais, como as propinas escolares. Para muitas destas mulheres, a instalação de uma unidade de produção ou conservação de frio em Bubaque representa mais do que uma necessidade comercial. Trata-se de uma medida que poderá contribuir para fortalecer a economia local, melhorar as condições de trabalho das vendedoras e promover maior autonomia económica para as mulheres da região.

Ao longo dos anos, os pescadores artesanais guineenses estão vinculados a Associação Nacional dos Profissionais da Pesca Artesanal na Guiné-Bissau, que desempenha um papel fundamental na defesa dos pescadores artesanais, denunciando a pesca ilegal e reivindicando melhores condições de trabalho e fiscalização marítima. Outra associação é a Cooperativa das Mulheres Bideiras[11] Transformadoras do Porto de Alto Bandim, uma organização de mulheres que trabalham na venda e transformação de pescado em Bissau, especialmente no Porto de Alto Bandim, um dos principais centros de comercialização de peixe dentro da capital Bissau. E Associação para a Promoção de Pesca Artesanal no arquipélago dos Bijagós (APAB), já uma organização dos pescadores artesanais do Arquipélago dos Bijagós, que em dezembro de 2019 através do seu presidente Pedro Luís Pereira, revelou que os pescadores das ilhas de Bijagós continuam isolados, sem apoio financeiro e material do Estado guineense. Para salvaguardar as suas atividades correm vários riscos e levam a vida de "salve-se quem puder" para garantir a sobrevivência das suas atividades. Mas que hoje em dia essa associação perdeu a sua visibilidade de atuação, deixando de desempenhar o papel de referência que anteriormente possuía junto aos pescadores artesanais na comunidade do arquipélago dos Bijagós.

A publicação do Jornal O Democrata[12] Em 2019, na qual através da Associação para a Promoção de Pesca Artesanal no arquipélago dos Bijagós (APAB), os pescadores pedem que sejam incluídos nos trabalhos de fiscalização das áreas protegidas. Disso o presidente da Associação para

[11] As Bideiras, são mulheres comerciantes, que compram os peixes dos pescadores artesanais para venderem nos mercados locais garantido também o sustento diário.

[12] https://www.odemocratagb.com/?p=22790 Acesso em: 12 de junho 2026.

a Promoção de Pesca Artesanal no arquipélago dos Bijagós (APAB), Pedro Luís Pereira vai nos dizer.

> Somos uma organização que opera no setor pesqueiro nesta zona e entendemos que em qualquer medida a ser tomada na área da pesca artesanal, devemos fazer parte para que possamos fazer chegar a informação aos nossos associados, mas não somos atendidos. Referimo-nos ao caso dos nossos parceiros, o Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas (IBAP), que trabalha nas áreas protegidas. Ou seja, as ilhas do arquipélago dos Bijagós são uma zona que tem áreas protegidas, como forma de cuidar dos nossos recursos haliêuticos. Devemos ser incluídos na fiscalização desses recursos e conhecer melhor as áreas protegidas, enquanto pescadores para evitar praticar a pesca nas zonas proibidas. Às vezes os pescadores são detidos pelos agentes do parque e são-lhes aplicadas multas que nem sempre conseguem pagar devido a fraca capacidade em termos dos materiais. Infelizmente, até agora não tivemos essa sorte. (Pereira)

Informou ainda que os pescadores nacionais não têm acesso às delimitações do parque e que apenas ouvem falar da zona tampão e linha verde, mas não sabem nada porque não são estudiosos dessas áreas em termos científicos e muito menos têm materiais sofisticados, neste caso GPS, para detectar os limites das áreas protegidas, de maneira que os seus associados acabam por entrar em choque com os guardas dos Parques e serem detidos e os seus materiais de pesca serem confiscados.

Outra organização, o Grupo Kumpuduris de Paz Tebanki reuniu-se em maio de 2026, em Bubaque, para debater problemas que afetam as ilhas Bijagós[13]. Foram abordados, entre outros problemas, a falta de conhecimento sobre o património das ilhas Bijagós, a poluição marinha e a de novo a pesca ilegal, na qual é hoje em dia um grande desafio enfrentado para este povo. O grupo defende o reforço da fiscalização marítima, aplicação rigorosa das leis ambientais, criação de zonas de proteção marinha e sensibilização dos pescadores. Nas resoluções finais, o Grupo Kumpuduris de Paz Tebanki cobra ação do Estado para criar e aplicar leis ambientais, para assim combater a pesca ilegal, que vai ajudar a proteger espécies ameaçadas e contribuindo assim para a preservação do património cultural.

De acordo com (Basilio; Garcez, 2014), a formulação de políticas públicas direcionadas às melhorias das condições de pesca e da qualidade de vida dos profissionais desse setor é extremamente importante. Assim, é necessário explorar o conhecimento tradicional dos pescadores

[13] https://www.capitalnews.gw/artigos?slug=populares-alertam-bijagos-ameacadas-por-poluicao-pesca-ilegal-e-perda-da-cultura-nfiHKAQGz2&id=1533 Acesso em: 11 de junho 2026.

artesanais em consonância com os estudos científicos, para reduzir as atuais deficiências em compreender a complexa interação entre essa atividade humana e os ecossistemas, servindo como subsídios para criação ou reestruturação de planos de manejo e ordenamento pesqueiro. Todavia, o manejo dos processos pesqueiros locais depende também das relações entre o conhecimento ecológico local e o conhecimento científico para que juntos possam somar estratégias para a conservação dos recursos e ecossistemas (Begossi, 2008; Gough, 2014).

Sendo assim, fica clara a extrema importância da realização de trabalhos e políticas públicas que levam em consideração as experiências e os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos pelos pescadores artesanais e que, juntos com os conhecimentos científicos possam solucionar os problemas da pesca. Isto porque, uma parte da crise da atividade pesqueira artesanal está fortemente associada a problemas de ordem institucional, cujos reflexos se evidenciam, por exemplo, na elaboração de regras de uso dos recursos feitos por meio de um processo centralizador, com decisões tomadas unilateralmente e que são incompatíveis com as características locais da pesca, do ecossistema e da realidade social do pescador. (Kalikoski; Rocha; Vasconcellos, 2006)

Considerações Finais

O trabalho demonstrou a maneira como os Bijagós vivi a partir dessa relação com a natureza, através das suas práticas culturais, que contribui assim para conservação ambiental no Arquipélago dos Bijagós. Vale ressaltar que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural como do cultural e que é através da cultura que as populações tradicionais se tornam capazes de entendê-la, representá-la mentalmente e manuseá-la, retirando espécies e colocando outras, enriquecendo-a com frequência (Cardoso, 2010).

A pesca artesanal como pilar da subsistência no Arquipélago dos Bijagós, corre o risco de ser substituída por um modelo predatório, movido pelo lucro imediato e pela ausência de fiscalização efetiva sobre a pesca ilegal. Quando o mar deixa de ser fonte de vida para se tornar palco de exploração sem limites, todos saem perdendo, especialmente as gerações futuras.

As necessidades criadas pelo sistema capitalista, faz com que surja essa violação das regras tradicionais de conservação dos recursos haliêuticos. É urgente o Estado repensar políticas de gestão pesqueira, de uma abordagem comunitária, participativa e sustentável, onde pescadores, líderes locais, ambientalistas e autoridades, neste caso o governo, que trabalhem juntos para

continuar a proteger os ecossistemas e garantir que o mar continue sendo fonte de vida e dignidade que sempre é para o povo Bijagó.

Portanto, não foi possível realizar um trabalho de campo por falta de condições, mas que a importância desse trabalho vai permitir a possibilidade de futuro trabalho de campo junto às comunidades locais, e o olhar que a antropologia pode lançar sobre a pesca entre os Bijagós, em atentos aos significados culturais, porque as pesquisas desenvolvidas em outras áreas geralmente não discutem essa relação. Assim, futuras pesquisas de campo poderão contribuir para uma compreensão mais ampla e detalhada dessa interação entre cultura, pesca e conservação ambiental.

Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, 2026.

ALVES, Taíse dos Santos. **A pesca artesanal em baiacu-Vera Cruz (BA):** identidades, contradições e produção do espaço. 2015.

AUSÊNCIA DE FÁBRICA DE GELO DIFICULTA ATIVIDADE DAS VENDEDORAS DE PEIXE EM BUBAQUE. Radio TV Bantaba, 2026. Disponível em: https://www.facebook.com/radiobantaba/posts/pfbid01nQyzoq2RSHm31FNUW9hdZsAWLgd4Z4EbXHLLMtPtbrGuQZFqMbCwS7JpvTypcHl Acesso em 14 de junho de 2026

BÂ, Amadou Hampâté et al. **A tradição viva**. História geral da África, v. 1, p. 167-212, 2010.

BACURIM, Felisberto Júnior Pedro. **A caminho de Unhocomo:** um estudo sobre cosmologia Bijagó e a relação da vida com a morte. 2018.

BANCAS DE AREIA E PESCA ILEGAL PREOCUPAM-HABITANTES-DAS-ILHAS-BIJAGOS. Jornal Nô Pintcha, 2026. Disponível em: https://jornalnopintcha.gw/2026/06/05/bancas-de-areia-e-pesca-ilegal-preocupam-habitantes-das-ilhas-bijagos/. Consultado em 11 de junho de 2026.

BASILIO, Thiago Holanda; GARCEZ, Danielle Sequeira. **A pesca artesanal no estuário do rio Curu, Ceará-Brasil**: saber local e implicações para o manejo. 2014.

BEGOSSI, Alpina. Local knowledge and training towards management. **Environment, Development and Sustainability**, v. 10, n. 5, p. 591-603, 2008.

BEVILACQUA, Ana Helena Varella. **Entendendo a pesca de pequena escala:** uma abordagem ecológica, social e econômica. 2017.

CAMALA, Djone Mário. **Pesca artesanal e gestão de recursos marinhos no Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu**. 2021.

CANTO, Rafael Antunes do. **Os bijagós da Guiné-Bissau**: ancestralidade, cultura marítima e resistência histórico-cultural. 2020.

CARDOSO, Augusto. **Administração Política e Saber Bijagós**: uma perspectiva analítica de conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau. **Rev. Bras. Adm. Pol**, v. 6, 2013.

CARDOSO, Augusto. **Saberes e práticas tradicionais da etnia bijagós e suas relações com a organização, a gestão e a conservação da biodiversidade na guiné-bissau**. 2010.

CASSAMÁ, Joel Bacari Fernandes et al. **Análise do setor da pesca artesanal em Guiné Bissau:** impactos e perspectivas. 2017.

COSTA, Juvinal Domingos da. **A percepção dos jovens bijagós contemporâneos sobre os ritos de iniciação (Marach e difunto) na cultura tradicional bijagó**. 2018.

DIAS, Jeronimo Marcelino et al. **Análise de perfil técnico e socioeficiência dos pescadores artesanais do setor autônomo de Bissau, Guiné-Bissau, África**.

EDMUNDSON, Helen. **Optimizar a riqueza natural da Guiné--Bissau. World Bank**, 2014.

EMBALÓ, Lamine. **Pesca Sustentável: Análise da Sustentabilidade da Política de Pescas na Guiné-Bissau**. 2021. Dissertação de Mestrado. ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal).

FERNANDES, Itelvina José. **Unaké:** rituais de transição da mulher Bijagó da Guiné-Bissau. 2021.

FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. **Um olhar antropológico sobre a questão ambiental.** Mana, v. 10, p. 323-348, 2004.

GUINÉ-BISSAU. **Instituto Nacional de Estatísticas e Censos - INE**C. Guiné-Bissau em números. 2017

KALIKOSKI, Daniela C.; ROCHA, Ronaldo D.; VASCONCELLOS, Marcelo C. **Importância do conhecimento ecológico tradicional na gestão da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil**. Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental, v. 11, n. 1, p. 87-112, 2006.

LEFF, Enrique; CABRAL, Luis Carlos. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. In: Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. 2006. p. 555-555.

LEFF, Enrique. **Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes.** Educação e realidade, v. 34, n. 03, p. 17-24, 2009.

MASSAMBA, Sandra Fazenete Picardo. **A pesca artesanal e suas contribuições para o desenvolvimento local**: uma análise comparativa dos distritos de Icoaraci-Belém (PA)-Brasil e Vilankulo-Inhambane-Moçambique. 2016.

POPULARES ALERTAM: BIJAGÓS AMEAÇADAS POR POLUIÇÃO, PESCA ILEGAL E PERDA DA CULTURA. Capital News, 2026. Disponível em: https://www.capitalnews.gw/artigos?slug=populares-alertam-bijagos-ameacadas-por-poluicao-pesca-ilegal-e-perda-da-cultura-nfiHKAQGz2&id=1533 Consultado em: 11 de junho de 2026.

SÁ, Geny Gil. **Pesca artesanal na bacia do rio Buba, Guiné-Bissau/África:** uma abordagem multidimensional. 2018.

SANÓ, Lassana. **Política Ambiental e Mecanismos de Gestão Participativa:** Um Estudo de Caso na Guiné-Bissa**u**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto (Portugal).

SETOR DE BUBAQUE: PESCADORES CLAMAM POR AJUDA DO GOVERNO E EXIGEM PARTICIPAÇÃO NA FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS. Jornal O Democrata, 2019 Disponível em: https://www.odemocratagb.com/?p=22790. Consultado em: 12 de junho de 2026.

VASCONCELOS, Ana Cecília Feitosa de; ANDRADE, Elisabeth de Oliveira; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Indicadores de sustentabilidade e suas influências no desenvolvimento local:** uma aplicação em região produtora de mamona no estado da Bahia. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 3, n. 1, 2009.